

# Falta transparência no financiamento do clima

Categories : [Notícias](#)

Um levantamento feito pelo IIED (Instituto Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento) aponta a falta de transparência em relação às doações das nações desenvolvidas para o financiamento das questões relacionadas ao clima nos países menos desenvolvidos. Num ranking elaborado através de um sistema de pontuação, os países que mais se destacaram em cumprir o acordo feito em 2009, na COP 16 (Copenhagen), foram a Noruega e o Japão e, mesmo assim, seus escores ficaram em torno de 50% de aproveitamento.

Para avaliar o desempenho e comprometimento de cada país, o [IIED](#) baseou-se nos relatórios de atividades, doações e propostas entregues em maio de 2011 para a Organização das Nações Unidas (ONU). Foram criados 25 critérios a partir de três questões centrais: se as informações do relatório estão claras e são adequadas; se os métodos para estabelecer a alocação do financiamento do clima foram claramente definidos e se os dados foram apresentados de maneira adequada em relação aos projetos individuais propostos.

[Fundo do Clima foca em energia](#)

[Mudanças Climáticas à prova de corrupção](#)

[Cidades e mudanças do clima, a corrida da adaptação começou](#)

Das 10 nações avaliadas, os primeiros no ranking de transparência e eficiência na doação dos recursos foram a Noruega, com 52%, o Japão, com 50%, e a União Europeia, com 48%. Já o menos cotado foi a Nova Zelândia, atingindo apenas 26% do escore. (Veja a lista completa na tabela abaixo)

Dos pontos negativos, o estudo destaca que nenhum dos países forneceu dados sobre as suas doações e projetos que fossem acessíveis e bem organizados. Também não foram claros na

explicação de qual fórmula ou razão utilizaram para estabelecer qual seria a sua fatia de contribuição no montante de 30 bilhões de dólares prometidos. Além disso, os projetos apresentados por esse grupo de países não foram georreferenciados, para indicar que locais do planeta seriam auxiliados pelo seu financiamento, e nem tiveram documentos específicos de objetivos e ações divulgados.

Nesse quadro, o IIED ressalta a necessidade de criação de um registro de fundos, supervisionado por um comitê responsável, a fim de que sejam monitorados e detalhados os financiamentos propostos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Sem isso, fica difícil evitar a corrupção, ineficiência e redundância do uso da verba, que pode acabar em locais inadequados e/ou pouco necessitados.

Fica aí mais uma meta a ser cumprida e acordada na [COP 17](#), em Durban, África do Sul, neste final de ano.